



(*Texto com revisão.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22<sup>a</sup> da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa, da 54<sup>a</sup> Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 24, de 2014, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 29 de maio do corrente ano, que tem por finalidade a avaliação de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal, com o objetivo de analisar a política de recursos hídricos para a região do Semiárido nordestino.

Nesta reunião, de acordo com o Requerimento nº 24, de 2014, será debatido o seguinte tema: Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco e Recursos Hídricos para a Agricultura no Semiárido.

Comunico a presença dos seguintes convidados:

- Irani Braga Ramos, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, que pode tomar assento à mesa;
- José Silvério da Silva, Chefe de Divisão do Departamento de Sistema de Produção e Sustentabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, Cooperativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Carlos Motta Nunes, especialista em recursos hídricos da Superintendência de Regulação da Agência Nacional de Águas.

Composta a Mesa, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo os nossos convidados Carlos Motta Nunes e Dr. Irani Braga Ramos.

A proposta da audiência pública que teremos hoje aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é de fazermos uma análise das políticas de recursos hídricos para o semiárido nordestino, destacando o projeto de transposição de águas do rio São Francisco e sua importância para a agricultura da região.

Entendo que a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/97) e as políticas setoriais para o Semiárido, como a transposição do rio São Francisco, precisam ser ativadas plenamente para atender às peculiaridades e necessidades regionais e faço votos de que tenhamos um debate proveitoso para o aperfeiçoamento desses mecanismos de gestão territorial e de recursos hídricos.

Sem querer fugir do tema, mas ampliando um pouco o foco para a problemática da escassez de água que tivemos de diversas regiões do País neste momento, destaco alguns reflexos dessa situação na economia e na vida de todos os brasileiros, em especial, na vida e nas contas do povo do meu Estado de Rondônia.



É fato, Sr. Presidente, que a crise hídrica que afeta parte das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil vai custar caro para todos os brasileiros. O baixo nível dos reservatórios de abastecimento de águas e também de algumas usinas hidrelétricas, além de afetar o consumo de água, tem reduzido a produção de energia e aumentado o custo de produção nessas usinas, o que tem contribuído para elevação do índice de reajuste das tarifas de energia elétrica em todo o nosso País.

Os aumentos já foram anunciados por diversas companhias estaduais de energia filiadas ao sistema Eletrobras, devidamente aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Alguns reajustes foram autorizados ainda no primeiro semestre, alguns passam a valer a partir deste mês de novembro e outros aguardam aprovação para entrar em vigência a partir de janeiro de 2015.

Além da crise hídrica, que introduziu o sistema de bandeiras tarifárias – com repiques mensais de reajustes cobrados no mês seguinte aos gastos extras com usinas térmicas –, fatores como custo de produção, de compra e transmissão de energia, além do pagamento de encargos sociais, estão contribuindo para o reajuste em percentuais mais elevados.

Uma amostra dessa tendência já está valendo para os consumidores da Região Norte. A Aneel já autorizou a Companhia Energética de Roraima a realizar o maior aumento deste ano entre todas distribuidoras, que será de 54,06%. No Amazonas, as tarifas tiveram reajuste médio de 18,62%. Em nosso Estado de Rondônia, que já tem uma das tarifas mais caras do Brasil, o aumento que ainda aguarda autorização da Aneel poderá ser de até 25%.

É bom lembrar que, em 2013, houve redução de até 18% na tarifa domiciliar de energia elétrica e de até 32% na tarifa cobrada da indústria, da agricultura, do comércio e do setor de serviços. Essa redução foi a medida mais eficaz adotada pelo Governo Federal para conter a inflação no ano passado.

Agora, considerando que, neste ano, a energia elétrica acumula alta de quase 12%, o que deve se elevar em virtude dos reajustes que estão sendo autorizados até o final de ano, podendo chegar a 15%, é de se esperar que também ocorra uma alta real na inflação oficial.

Como equacionar essa questão sem gerar inflação ou pelo menos mantê-la sob controle? Esse é um problema que a equipe econômica da Presidente Dilma Rousseff terá que resolver ainda neste ano, com muita responsabilidade e transparência para todos os brasileiros, da mesma forma que, em setembro de 2013, a Presidenta anunciou, em rede nacional, a redução de até 18% na conta de luz para as famílias brasileiras e de até 32% para o setor produtivo e de serviços. Foi a primeira vez que isso ocorreu no Brasil. Eu comemorei este fato na tribuna do Senado. Todos os brasileiros também comemoraram. É uma pena que as tarifas anunciadas tenham se mantido por apenas um ano. Hoje, elas voltam a ser igual ou até maiores que em setembro de 2013.



Portanto, essa é uma questão que tenho o maior interesse de tratar com toda a equipe da Presidenta Dilma e com sua equipe econômica. Entendo que temos que criar políticas de longo prazo e não apenas paliativos para resolver um problema setorial, para maquiar uma deficiência estrutural ou para tentar driblar a alta carga tributária e de encargos sociais, que formam o chamado custo Brasil.

Creio que, com a modernização no sistema de distribuição de energia e a otimização na prestação dos serviços, junto com um bom corte nos impostos e encargos que incidem sobre a energia elétrica, teremos condições de manter a tarifa de energia estável por muito tempo e até promover uma redução no preço para o consumidor domiciliar e para o setor produtivo.

No caso de Rondônia, temos alguns agravantes e condições particulares que deveriam ter uma atenção especial da Aneel no momento de analisar os reajustes tarifários.

Em primeiro lugar, Rondônia está se tornando um dos maiores produtores e exportadores de energia do País, sem que o atendimento de sua demanda interna esteja pelo menos satisfatória.

Até 2010, produzíamos energia para o consumo interno e para o Acre. Nossa matriz energética era constituída pela geração a partir da Usina Hidrelétrica de Samuel e de diversas PCHs e pela geração termelétrica a partir da Termo Norte e de pequenas térmicas da Guascor.

Gerávamos 1.000MW. Consumíamos em torno de 600MW e o excedente era exportado para o Acre. Nossa rede de distribuição era precária e não assegurava as condições de regularidade, continuidade, eficiência e segurança.

Com a entrada em operação das primeiras turbinas das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e a conclusão do linhão ligando Rondônia aos demais Estados e do linhão direto até Araraquara, em 2011 e 2012, aumentamos nossa produção e entramos no Sistema Integrado Nacional (SIN), passando então a fornecer energia para todo o Brasil.

Esta condição, em vez de nos favorecer, trouxe alguns prejuízos. Além de a tarifa de energia não ter sido reduzida para a nossa população, perdemos arrecadação de ICMS, uma vez que o Terminal I da Termo Norte foi desligado em 2012, gerando perdas anuais de R\$30 milhões decorrentes da paralisação da queima de óleo diesel. Em 2013, as perdas foram de R\$ 170 milhões, uma vez que o Terminal II também ficou paralisado.

Em que pese todo o otimismo em torno da construção e entrada em operação das duas usinas hidrelétricas do Complexo do Madeira, em nada elas estão beneficiando Rondônia em termos de arrecadação tributária. Isso porque o princípio da tributação de energia elétrica é o fato gerador com incidência no consumo, ou seja, nas operações interestaduais de energia, o ICMS é repassado apenas para o Estado consumidor.

Já apresentei uma proposta de emenda à Constituição para reparar essa injustiça e fazer prevalecer o bom senso, que é a divisão do repasse do



ICMS da energia entre o Estado produtor e o consumidor. Portanto, essa já é uma parte da solução para essa exceção discriminatória e danosa na regra de participação mista do ICMS, o que, espero, também resulte na redução da tarifa de energia paga pela população e o setor produtivo, que é o objetivo maior de nossa proposta.

Esta é, por sinal, a grande questão que temos que reparar, que é o valor abusivo das tarifas praticadas em Rondônia e em toda a Região Norte. Não é mais admissível que estejamos a represar os nossos rios para construir hidrelétricas, com alto custo ambiental e social, sem que a nossa gente, o nosso povo seja diretamente beneficiado.

É inadmissível que tenhamos comunidades ao lado das grandes usinas hidrelétricas do Rio Madeira sem energia elétrica, sem luz, no escuro, ou seja, com sua energia sendo gerada a partir de pequenos geradores movidos a óleo diesel, a um custo muito alto. Infelizmente, isso é o que ainda ocorre no nosso Estado de Rondônia.

Por mais que comemoremos o investimento de cerca de R\$33 bilhões nas usinas do Madeira, considerando que eles trouxeram muitos benefícios para Rondônia, possibilitando inclusive a ampliação do Programa Luz para Todos, que efetuou 50 mil novas ligações em Rondônia desde 2010, ainda temos que corrigir essas distorções que mantêm a nossa tarifa de energia elétrica entre as mais caras do Brasil.

Por isso, vamos continuar lutando pela repartição do ICMS da energia, para melhorar os serviços, para assegurar a regularidade e a eficiência do sistema elétrico e para reduzir ainda mais a tarifa em nosso Estado.

Até este momento, a Aneel ainda não autorizou o aumento sugerido pela Eletrobras para Rondônia. Portanto, fica aqui o meu pedido e o meu apelo aos conselheiros e diretores da Aneel: que não autorizem, pois ele é injusto para com o nosso Estado e para com toda a população de Rondônia.

Vou conversar com os diretores da Eletrobras e da Aneel e, se necessário, faremos uma audiência pública aqui no Senado para obter mais esclarecimentos sobre a cobrança dos valores abusivos nas faturas de energia elétrica dos consumidores de Rondônia. Precisamos conhecer melhor as justificativas da alta tarifa imposta ao nosso povo e as justificativas para esse reajuste.

Entendo que a Aneel não pode tomar essa decisão sem antes prestar esses esclarecimentos de forma ampla e irrestrita para toda a população de Rondônia, principalmente, Sr. Presidente, por Rondônia estar, volto a colocar, num ponto estratégico de produção de energia elétrica no Brasil.

As usinas do Madeira estão já iniciando sua produção. Portanto, precisaríamos ter uma redução de energia elétrica. Antigamente, tínhamos a desculpa de que estávamos longe. Hoje, não; hoje estamos gerando energia elétrica no nosso próprio Estado. E, ao lado das usinas, temos uma das energias mais caras do Brasil.



Então, agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> nos dá para fazer esse questionamento com relação à Aneel. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao nobre Senador Acir Gurgacz. Isso não é novidade, porque, lá no Semiárido nordestino, particularmente em Alagoas, o Rio São Francisco passa ao fundo de diversos Municípios; cem metros de um lado, cem metros de outro, o sertanejo não tem água potável para beber. Então, esse não é um fato isolado. V. Ex<sup>a</sup> fez aqui essa narrativa que diz respeito às grandes usinas hidrelétricas que estão sendo construídas lá no Rio Madeira, e os habitantes daquela região não têm energia elétrica. Infelizmente, esse é o quadro em diversos Municípios, em diversos Estados do País. Mas acredito que pior já esteve, pior não ficará.

Dando sequência, eu gostaria de estabelecer aqui um tempo de dez minutos para cada expositor, e, depois então, abrimos o debate para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Para iniciar, considerando ser o Ministério que cuida especificamente desse assunto no que diz respeito ao Semiárido, eu gostaria de conceder a palavra ao Dr. Irani, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, iniciando a nossa audiência pública. Tem a palavra o Sr. Irani, por favor.

**O SR. IRANI BRAGA RAMOS** – Bom dia, Senadores, bom dia, Presidente Benedito de Lira. Muito obrigado pela oportunidade. Senador Acir, muito obrigado pela oportunidade de dialogarmos aqui com o Legislativo, com o Senado. Demais Senadores presentes, Senador Moka, Senador Aureliano, obrigado pela oportunidade.

Preparei uma apresentação. Vou até ser até bem breve, serei rápido. Vou falar rapidamente da nossa obra, que é o foco, a transposição do Rio São Francisco e a questão da produção agrícola lá. Serei sucinto e estarei à disposição para quaisquer perguntas.

Bem, em primeiro lugar, vou dizer que estamos em um momento de seca que vem desde 2012. A seca está bastante severa, já nas nossas atuações no Ministério da Integração, via Secretaria Nacional de Defesa Civil, já apoiamos a Operação Carro-Pipa com quase R\$2 bilhões desde 2012, e está com uma cobertura bastante grande no Semiárido. Da mesma forma, atuamos com o auxílio emergencial financeiro do Bolsa Estiagem, que também já está chegando à monta dos R\$2 bilhões. Tudo isso ocorre por conta da seca, que tem, desde 2013, afetado as vazões inclusive do Rio São Francisco.

No caso específico da transposição, do projeto de integração do Rio São Francisco, para aqueles que não conhecem, a obra está organizada em dois eixos: o eixo leste, de 217 km, e o eixo norte, de 260 km. Não são obras isoladas. No conjunto do planejamento da infraestrutura hídrica do Nordeste setentrional, existe um conjunto de outras obras que dão permeabilidade para essa obra, que fazem com que essa água que nós vamos aduzir penetre no território, garantindo a segurança hídrica da região.

Então, aqui tenho destacado no mapa um conjunto de obras, pintadas em vermelho, que são as obras principais, como se fossem as principais



artérias que vão derivar dos dois eixos principais da transposição e que chegam a um conjunto de obras, ali pontuadas de azul, que são, principalmente, adutoras. Aí, eu vou abrir um parêntese: eu comentei que são principalmente adutoras porque o projeto de integração do Rio São Francisco foi concebido para abastecimento urbano e humano. Então, toda a justificativa do projeto, todo o dimensionamento do projeto, a outorga que a Agência Nacional de Águas nos deu para operar o projeto levam em conta o abastecimento urbano e o abastecimento humano, isto é, das populações das cidades desses quatro Estados que estão ali pintados – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Em condições especiais, quando o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, a gente pode utilizar – a outorga da ANA nos permite – água da transposição para outros usos, por exemplo, irrigação. Isso não quer dizer que a nossa obra não beneficie a irrigação; beneficia, porque é uma operação sinérgica, integrada, dos vários recursos hídricos de todos os Estados com a água que vem do Rio São Francisco a partir do projeto de integração. Ainda, ao aduzirmos a água do Rio São Francisco para o Ceará, para o Rio Jaguaribe, para o Açude do Castanhão, por exemplo, isto é, ao darmos a segurança hídrica a partir do Rio São Francisco para o consumo humano, permite-nos otimizar a água do Açude Castanhão para que as águas próprias do Ceará sejam utilizadas para irrigação. É, pois, uma operação sinérgica que vamos dar para o conjunto das intervenções.

Próximo, por favor.

Desde 2011, nós organizamos a obra num conjunto de seis grandes metas. Então, nós temos, no Eixo Leste, a Meta 1 Leste, Meta 2 Leste, Meta 3 Leste; no Norte, a Meta 1 Norte, Meta 2 Norte, Meta 3 Norte. Elas representam os grandes contratos que nós temos, para organizar o gerenciamento da obra, mas representam também um conjunto de estruturas que, a partir do momento em que fiquem prontos ou atinjam um grau elevado de execução, permitirão que tenhamos, do ponto de vista operacional, resultados importantes.

Eu destaco que, por exemplo, a Meta 1 Leste, em que, embora não esteja concluída ainda, faltem acabamentos, essas coisas, nós chegamos a um ponto de teste de operação agora, no mês de outubro, que era o cronograma que vem sendo mantendo desde o começo do ano. E iniciamos esses testes de bombeamento, que implicam a integração de vários equipamentos elétricos, eletrônicos, hidromecânicos, com vários tipos de estruturas – canais, barragens – e, a partir de agora, no mês de outubro, nós começamos um teste de bombeamento ainda dentro da Bacia do Rio São Francisco. Não estamos fazendo ainda uma transposição de águas; estamos dentro da Bacia do Rio São Francisco, mas essa operação integrada nos permite ajustar equipamentos, identificar pontos ótimos de bombeamento. É nisso que nós estamos trabalhando.

Próximo, por favor.

A obra como um todo está 2/3 executada (66%); os níveis de execução nos dois Eixos são equivalentes (66% em ambos); temos uma mobilização bastante grande de operários.

Próximo, por favor.



Esses 66% estão em uma curva que se mantém razoavelmente constante. Esperamos ter uma pequena aceleração, agora no final do ano, e devemos manter o ritmo. A nossa previsão é de conclusão no final de 2015, dos dois eixos.

Então, chegando ao final do ano com alguma coisa como 70 ou 72%, é estar coerente com o nosso cronograma.

Próximo.

Do total de R\$8,2 bilhões, que é o valor total do empreendimento, dos dois eixos em verde, já desembolsamos cerca de R\$5,4 bilhões. Também está na faixa dos 66%.

Próximo, por favor.

Aqui ainda queria destacar uma questão importante, porque o empreendimento de R\$8,2 bilhões tem outras componentes muito importantes. Queria destacar a componente ambiental, com quase 12% do valor do empreendimento, porque ela representa um conjunto de ações, que vai do apoio aos planos diretores municipais dos Municípios por onde o eixo, as obras, passa até o apoio às comunidades tradicionais – quilombolas, indígenas – e também a execução de apoio aos assentamentos rurais que temos na faixa da obra.

Próximo, por favor.

A obra já está com o pico de mobilização que ela já teve desde que ela começou, com 11.500 trabalhadores. A nossa perspectiva é a de que, ao longo dos próximos meses, a obra se mantenha nesse pico.

Próximo, por favor.

Aqui é uma visão geral da organização do empreendimento. Como falei, ela envolve um conjunto bastante variado de estruturas, estações de bombeamento. Então, temos, aqui no eixo norte, três estações de bombeamento, para vencer um desnível de 180 metros. A partir daí, a água segue por gravidade até o final.

Vou destacar aqui que, depois da segunda estação de bombeamento, essa derivação que vamos ter para o ramal do Entremontes, que vai para o oeste do Estado de Pernambuco. Vou destacar aqui o reservatório de Jati, a primeira estrutura que temos logo depois da divisa com o Ceará, já no Estado do Ceará. A partir deste ponto, do reservatório de Jati, a água já pode chegar ao Rio Jaguaribe e, portanto, já tem condição de abastecer e dar segurança hídrica a Fortaleza. Aqui, ele se integra com o Cinturão das Águas do Ceará também.

Aí, por gravidade, ela segue, chega a esse túnel – túnel Cuncas I –, que também digo que é o maior túnel para transporte de água da América Latina, que, agora, na semana passada, teve a última detonação no seu interior. Portanto, o túnel ainda não está pronto e precisa de um revestimento, mas os 15 km já foram perfurados, e agora já se pode atravessar de um lado para o outro a água entre Ceará e Paraíba.



A partir desse ponto, do açude Engenheiro Ávidos, temos duas derivações, mas chamo a atenção que, a partir deste açude, quando a água já pode chegar à calha do rio Piranhas-Açu e, portanto, ao Rio Grande do Norte.

Próximo, por favor.

Aqui, o eixo leste, com um conjunto de seis estações de bombeamento, para vencer um desnível total de 300 metros. A partir daqui, a água vai por gravidade. Destaco aqui os pontos de relação com os açudes existentes – reservatório Barra do Joá, reservatório Poço da Cruz – e a derivação para o ramal do Agreste, onde vai abastecer toda a região do Agreste pernambucano.

A partir da chegada de cruzar a fronteira entre Pernambuco e Paraíba pelo túnel Monteiro, a água chega ao açude Poções e, no rio Paraíba, até o açude Boqueirão, onde ele pode atender a Campina Grande.

Próximo, por favor.

Tenho aqui uma sequência de fotos rapidamente, só para termos uma ideia. O reservatório Areias, aquele onde fizemos o teste de bombeamento e ainda estamos fazendo ainda – os testes devem prosseguir até o final do ano –, que já está parcialmente cheio.

Aqui são outras estruturas que estão em execução na sequência do eixo leste.

Aqui já entramos no eixo norte. Temos água até a primeira estação de bombeamento. Estamos em construção ainda de equipamentos elétricos, subestações. Então, ainda não temos bombeamento lá.

Uma sequência de outras estruturas.

Tenho dois vídeos de dois minutos, mas... (Pausa.)

Pode passar? (Pausa.)

Então, por favor.

Comentei do Túnel Concás. É um vídeo feito pelo Ministério da Integração.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

**O SR. IRANI BRAGA RAMOS** – O próximo vídeo, por favor, rapidamente. São dois minutos também.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

**O SR. IRANI BRAGA RAMOS** – Bom, ao concluir, eu apenas queria ressaltar que esse vídeo, que mostra esse primeiro bombeamento, primeiro enchimento, gerou muita emoção entre os operários da obra.

Ao longo dos eixos das obras, nós vamos ter 17 vilas produtivas rurais, que a gente está implantando a partir das pessoas que já são residentes da região. Temos 325 comunidades rurais que, embora não seja objetivo do projeto atender, promover o abastecimento de comunidades rurais, essas comunidades que estão ao longo do eixo, nos vamos atender. Por fim, temos uma sequência de assentamentos do Incra que também estão nas proximidades e que serão atendidos.

Senador, muito obrigado.



Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, que, quando eu iniciei a minha fala, não estava aqui.

Muito obrigado pela oportunidade.

Cumprimento também os colegas do MAPA e da ANA, pois eu não os havia cumprimentado antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) –  
Muito obrigado, Dr. Irani.

Realmente esta Casa precisava tomar conhecimento dessa obra que teve início há alguns anos e tem sido alvo de muitas críticas exatamente por causa das interrupções ocorridas no decorrer. Mas é uma obra gigantesca. Aliás, eu conversava com o Moka, em off, pois tenho a intenção de convidar os meus colegas para, no final de semana, em vez de irem a seus Estados, vou levá-los para conhecer o Canal do Sertão, que está sendo construído em Alagoas. Em determinado momento, quando de uma visita, estava em construção um túnel de quase cinco quilômetros, o que retarda a obra, porque não é fácil romper uma rocha dessa, com máquinas especializadas etc.. Observem que nós não temos notícia de que tenham ocorridos desastres que atingiram operários. Houve um caso isolado, parece-me, em Alagoas. Se não me falha a memória, tomei conhecimento de um caso em que o operário errou no manuseio da máquina, o que, infelizmente, foi fatal para ele.

Dando sequência, concedo a palavra ao representante do Ministério da Agricultura, Sr. José Silvério da Silva.

**O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA** – Bom dia, Senador Lira e demais Senadores, Senadora Ana Amélia e presentes.

O tema não diz diretamente respeito às ações do MAPA, mas há de se convir que a agricultura é a maior usuária dos recursos hídricos. Então, aqui, temos que situar o nosso enfoque no sentido de que possamos contribuir para o debate.

Eu preparei uma apresentação para 20 minutos, mas vejo que também vou ter que reduzi-la em função do tempo que me foi dado.

Pode passar.

Próximo.

A missão do MAPA está bem explícita, mas quero chamar atenção para que nós primamos, essencialmente, em nossos programas, projetos, ações e atividades, pelo fator sustentabilidade.

Próximo. Pode passar.

Nós temos, hoje, uma preocupação muito grande em função da questão da diminuição da área *per capita*. Enquanto a população está crescendo, a disponibilidade de área para produzir alimento está reduzindo significativamente. Isso quer dizer que nós temos que potencializar o fator produtividade, para atender às demandas crescentes por alimentos, fibras, energia, etc.

Próximo.

A preocupação nossa com o fator água diz respeito ao fato de que, nos últimos 30 anos, o consumo de água cresceu duas vezes mais do que o



crescimento populacional, ou seja, a demanda está sendo muito grande, requerendo ações sistêmicas no sentido de racionalizar o seu uso.

Próximo.

É aquilo que eu estava dizendo: a disponibilidade de água hoje é a mesma de 2000 anos atrás. No entanto, há 2000 anos tínhamos 3% da população de hoje. Então, é uma questão muito séria que deve ser tratada com muita seriedade e competência.

Pode passar o próximo.

Essas são informações da FAO dizendo que 80% do suprimento adicional de alimento necessário para atender a essa demanda crescente terá que ser produzido por áreas irrigadas, ou seja, demandando água.

Somente 12% a mais de água disponível no mundo poderá ser disponibilizada para produção de alimento. É um fator que induz a racionalização do seu uso. Isso só pode ser alcançado com uma agricultura mais produtiva, mais intensiva e mais eficiente no uso da água.

Próximo.

Esse dados depois eu vou explicar o porquê. O consumo de água utilizada no mundo está em torno de 10.200 m<sup>3</sup> por hectare por ano. No Brasil, está em torno de 14 mil m<sup>3</sup>, só que nós trabalhamos com duas safras. Eu vou explicar por que esse número 14 mil m<sup>3</sup> por hectare por ano pode ser reduzido, para transformar essa água para outros usos. Ou seja, primando pela eficiência.

Próximo.

A demanda do Brasil está mais ou menos essa de 13.867 m<sup>3</sup> por hectare por ano.

Próximo.

O que isso quer dizer? Bom, quando se trata de agricultura, a utilização da água diz respeito à questão da agricultura irrigada, que tem múltiplas dimensões: pesquisa, assistência técnica, política de crédito, certificação, incentivos, etc.

Pode passar.

Ou seja, nós encaramos basicamente três desafios nessa questão: garantir o aporte regularizado de água para a agricultura face à crescente competição com os outros setores da economia, fortalecer o mecanismo de outorga, racionalizar o uso da água nos diversos métodos e sistemas empregados. Isso inclui modernização tecnológica de equipamento, manejo agrícola bem conduzido, aferição de métodos e demandas hídricas, e por aí.

Próximo.

Nós devemos primar pela eficiência. Hoje, estamos consumindo uma média de 14 mil m<sup>3</sup> por hectare por ano. Nós estamos com uma eficiência de 45%. Se dobrarmos essa eficiência, podemos reduzir para 7 mil m<sup>3</sup> por hectare por ano. Ou seja, vai sobrar muita água para outros usos. Então, é fundamental que fortaleçamos essa eficiência, que primemos pela eficiência no uso da água na agricultura, para sobrar água para outros usos.

Pode passar.



Eu não vou mais entrar na questão da eficiência, porque o meu tempo está curto.

Pode passar.

A atuação do MAPA.

O MAPA, naturalmente, tem projetos de pesquisa, conduzidos pela Embrapa, visando aumentar a eficiência dos projetos de irrigação. Mas, em especial no Nordeste, nós temos que destacar o CPATSA, que tem um trabalho muito bom para o Semiárido – e o Senador deve saber disso.

Nós trabalhamos também com a promoção e o apoio a projetos direcionados ao uso, manejo e conservação de solo e também da água. Se você conserva o solo, você preserva a água. E isso inclui o Plano ABC, o Programa Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, onde a irrigação é uma importante ferramenta.

Nós temos a Câmara Técnica da Agricultura Sustentável e Irrigação, que funciona no Ministério da Agricultura e se traduz em importante elo entre o setor público e o setor privado para formular políticas para o setor.

Pode passar, por favor, o próximo.

Nós participamos dos Conselhos Deliberativos do Centro-Oeste e do Nordeste, responsáveis pelos financiamento de atividades agropecuárias, em especial a irrigação.

Nós dimensionamos o Plano Agrícola e Pecuário, com diversos programas. Na verdade, destaco o Moderinfra, onde está incluído o Proirriga, um programa de irrigação.

Nessa questão da irrigação, eu quero aqui enfatizar que a irrigação vinha sofrendo, durante a década de 90 e até o início dos anos 2000, uma regressão no processo de ampliação das áreas irrigadas. Com o incentivo à redução da taxa de juros, nós, nos últimos três anos, acrescentamos mais de 800 mil hectares ao processo produtivo agrícola de áreas irrigadas, ou seja, inverteu-se aquela tendência de regressão na ampliação e expansão das áreas irrigadas. Naturalmente, isso vai demandar muito trabalho para tornar eficiente os sistemas empregados para impulsionar a expansão das áreas irrigadas no País.

Nós estamos trabalhando com os Objetivos nºs 163 e 171 do PPA: um diz respeito à política de crédito e o outro diz respeito ao fortalecimento de pesquisas em termos de irrigação e drenagem. E, nessa questão do fortalecimento de pesquisa, nós destacamos o uso eficiente da água na irrigação.

Pode passar, por favor.

Nós temos um instrumento importante, que está difundido em vários Municípios, que trata do zoneamento agroclimático, que disponibiliza informações sobre cultivares adequados, solos, climas, tudo isso em áreas de produção.

Quero destacar aqui que, na questão da água, do armazenamento da água, preservação e conservação do solo, o plantio direto é uma técnica revolucionária no País, quer dizer, os solos tropicais não podem ficar expostos a essa insolação do País, sob pena de comprometer toda a sua dinâmica. Então, o plantio direto se traduziu em uma estratégia fundamental para nós viabilizarmos a



agricultura. Todavia, no que tange à água, o plantio direto contribui para a diminuição da perda de água, de solo, evita a erosão, preserva a umidade e garante um melhor suprimento de água durante a estiagem. Ou seja, hoje, segundo a Federação Brasileira do Plantio Direto, nós temos 30 milhões de hectares com plantio direto no País. É uma estratégia fundamental no que tange à conservação de solo e água.

Pode passar, por favor.

Nós estamos trabalhando também com o apoio a pesquisas em plataformas que tratam de mudanças climáticas, onde tratamos de melhoramentos genéticos para o desenvolvimento de cultivares resistentes ao estresse hídrico e térmico e também na questão do sequestro de carbono.

Pode passar, por favor.

Hoje, é importante destacar que nós estamos trabalhando em estreita cooperação – e aqui estão presentes o Ministério da Integração, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Agência Nacional de Águas – para desenvolver programas e projetos para fortalecer e racionalizar o uso da água no meio rural. A gente está principalmente trabalhando com a definição da Política Nacional de Conservação de Solo e Água, apoio ao Programa Produtor de Água e por aí vai.

Pode passar, por favor.

Isso é para destacar que o fator produtividade tem permeado nossas ações. A área tem se mantido constante. A produção tem aumentado, mas a área, repito, tem se mantido constante. Ou seja: o Ministério tem contribuído para não expandir a fronteira agrícola em termos de ocupação de novas áreas, nesse sentido primando pela produtividade.

Próximo, por favor.

No Semiárido, a situação da seca é previsível, mas demanda atenção especial. As suas vicissitudes demandam processos altamente acessíveis de conservação de solo, armazenamento de água, exploração sustentável de água subterrânea além do desenvolvimento de um sistema de irrigação eficiente.

Próximo, por favor.

Atuação do MAPA, o plano agrícola e pecuário específico para a região, programas de treinamento e capacitação. Agora estamos assinando um convênio para treinar pessoas em termos de irrigação, de agricultura irrigada, em termos do uso adequado do sistema de irrigação naquela região do Rio São Francisco, lá na Paraíba. Como disse, o CPATSA tem o apoio fundamental em termos de pesquisa. Ou seja: o Ministério, naquilo que é da sua alçada, não tem faltado em dar apoio à região.

Próximo, por favor.

Citei várias – ali estão citadas algumas –, mas há mais de 18 recomendações técnicas que temos para lá. Quero destacar que devemos, em termos de Nordeste, potencializar o uso de plantas nativas da região quer para situações alimentares, quer para produção de medicamentos, alimentação animal. Temos que potencializar o uso de plantas nativas também, que são resistentes à



seca, que são resistentes à salinidade. Temos que potencializar esse uso para viabilizar aquela região tão sofrida.

Próximo, por favor.

É um quadro de escassez previsível, que merece atenção. Estamos recomendando – é fundamental – que se potencialize um planejamento consistente, inteligente, e também agilidade, eficiência e continuidade nas ações estruturantes, esforço concentrado, gestões capacitadas para desenvolvimento dessas ações. Quero dizer que essas vicissitudes das secas regulares estão demandando processo acessíveis de capacitação, armazenamento e conservação de água além de exploração sustentável de água subterrânea e desenvolvimento de sistemas eficientes de irrigação. Temos que tratar a questão da disponibilidade onde ela é necessária e a questão da qualidade adequada da água para o uso pretendido.

Quero finalizar dizendo que o Ministério, nessa situação, como órgão indutor e catalisador do processo produtivo agrícola, se apresenta como grande parceiro. Ele quer fortalecer essa parceria para exatamente viabilizar planos, programas e projetos para a região.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao José Silvério pela apresentação.

Dando sequência, concedo a palavra ao representante dos recursos hídricos, Presidente da ANA, Dr. Carlos Motta Júnior. Tem V.S<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CARLOS MOTTA NUNES** – Bom dia a todos. Cumprimento os Srs. Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Benedito Lira, Presidente desta Comissão. Cumprimento os companheiros de mesa, Dr. Irani e Dr. José Silvério.

Vou falar um pouco sobre o que é, hoje, a gestão de recursos hídricos no Semiárido e em que vai mudar com a chegada da transposição, o que muda e os impactos dessas mudanças nos diversos setores usuários.

Hoje, a gestão dos recursos hídricos no Semiárido é condicionada pela certeza do período seco e a esperança do período chuvoso. No Semiárido, você sempre sabe que vai passar por um grande período de seca e que, durante três meses por ano, vai chover. Pode ser que não chova, mas toda chuva que existe ocorre em um período muito curto. Essa condição de variabilidade climática da região impede sempre o avanço da atividade produtiva ao longo dos anos.

Esse sempre foi um dos grandes empecilhos para esse avanço.

Como, então, resolver isso? A transposição do São Francisco é uma das alternativas, é uma grande oportunidade de fazer com que a água deixe de ser o fator limitante para a região. Mas não só a chegada da obra, não só a chegada da água é relevante. É relevante também que, depois dessa obra pronta, todo o sistema seja gerenciado de forma adequada para que os benefícios sejam compartilhados por todas as partes. E é disso que eu vou tratar um pouco hoje nesta apresentação.



Como se dá... Não tenho apresentação na tela, será só a minha fala. Espero conseguir a atenção durante a apresentação. Então, como se dá hoje essa gestão? Como eu falei, por conta dessa variabilidade climática desses três meses por ano, o que se tem que fazer? Tem-se que reservar água para que se possa gastar ao longo dos anos. Essa sempre foi, tem sido, a política correta que foi implantada há mais de cem anos no semiárido com a construção dos açudes. Então, você reserva essa água e, ao longo do ano, vai liberando para os diversos usos: abastecimento humano, irrigação, indústria, todos aqueles da região.

Só que, no Nordeste, você não sabe se no ano seguinte vai chover o suficiente para repor, no açude, toda aquela água que é gasta. Então, essa gestão é sempre feita com precaução. Você não pode liberar tudo, porque, se faltar, se não chover no ano seguinte, a situação vai se deteriorar e você tem que entrar no regime de racionamento e o resultado é que você acaba impedindo o avanço de outras atividades produtivas na região.

E se essa situação mudasse, por exemplo, se a partir de determinado momento aquele gestor dos recursos hídricos, gestor do açude soubesse que, se faltar água, se não chover, ele vai ter acesso a uma fonte segura a todo momento que vai poder repor essa quantidade do açude? Isso é o projeto de transposição do São Francisco. O objetivo dele é trazer essa segurança para a região. Como? A água vai chegar, vai ser entregue na porta dos açudes do Estado – o Dr. Irani trouxe uma figura mostrando essa chegada aos principais açudes – e lá no Estado vai poder ser utilizada mais água para todos os demais usos, sabendo que, se não chover, não há problema: eu ligo a bomba do São Francisco, da transposição, e reabasteço o açude.

Qual o resultado disso do ponto de vista prático, do ponto de vista do dia a dia do cidadão? A gente pode começar a chegar a uma situação em que o fator limitante deixe de ser a água. Você pode ter outros fatores limitantes dentro da região. Pode ser logística, pode ser capacitação, o que quer que seja, mas deixa de ser a água, porque você vai ter essa garantia.

Mas só essa obra não é suficiente, porque a obra chega aos grandes açudes. Muitos desses açudes já têm estrutura, já têm adutoras que levam essa água até as cidades; outros ainda não. Então, existe uma série de obras complementares que, inclusive, estão sendo feitas pelo próprio Ministério da Integração para poder dar capilaridade ao projeto para que ele alcance todas as regiões beneficiadas. Mas também só isso não basta, porque tem que haver uma alteração na forma. A partir do momento em que a transposição chegar, vai mudar a forma de operação que é feita lá pelos Estados. Você vai poder liberar mais água, você vai poder tirar essa restrição e, então, implementar outros processos produtivos. Vai poder aumentar a agricultura, por exemplo.

Quando o pedido de outorga de direito de uso do projeto de transposição chegou à ANA, em 2005, na época, tive a oportunidade de trabalhar nisso, qual foi a organização que foi dada a essa outorga? É o seguinte: a transposição do São Francisco vai garantir o equivalente ao abastecimento humano dos 300, na época, 390 – hoje já são mais de 400 – Municípios que vão



ser atendidos na região. Significa o seguinte, toda água que vai para abastecimento humano está garantida pelo São Francisco e toda água que já existe no Estado, que já existe nos açudes vai ser liberada, vai poder ser liberada para outros usos. E é aí que muda essa questão da gestão, é aí que permite que você expanda a capacidade produtiva dessas regiões.

Agora, existe uma necessidade muito grande de adaptação, lá no Estado, do gestor, porque ele vai ter que, primeiro – ele sabe que está água vai estar lá –, se sentir confortável e confiante de que a operação vai ser feita de forma adequada, de que ela vai ser feita de forma sustentável e que naquele momento em que ele necessitar da água ela, realmente, vai estar disponível, porque ele não pode falhar, ele não pode deixar a população à deriva. Então, ele vai ter que se acostumar e ter essa confiança.

Do outro lado, você vai ter que ter uma operadora desse projeto da transposição. Ou seja, qual o órgão que vai ligar as bombas e levar a água até lá? Vai ter que operar de forma adequada. O Ministério da Integração Nacional indicou a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que é uma empresa que tem bastante tradição em grandes projetos de irrigação em todo o Nordeste, mas, mesmo para ela, o desafio não vai ser pequeno. Eu sei que ela esta se estruturando, trabalhando fortemente para isso, mas eles têm muito trabalho pela frente, porque o porte é muito maior do que os projetos que eles têm, não em volume de água, mas principalmente em extensão de canais e quantidade de estruturas para ser operadas e para conseguir atender aquilo no prazo. Tirar água do São Francisco e percorrer 200km, 300km vai tomar algum tempo. Então, você precisa ter uma organização e um planejamento para isso.

Em médio e longo prazo, é fundamental a questão da sustentabilidade dessa operação, porque existe uma custo operacional de se manter toda essa estrutura, bombar 300m, por exemplo, e é um custo de eletricidade bem alto. Então, isso também tem que ser levado em conta. Se a Codevasf não tiver condições de ter uma receita que cubra essa despesa que ela está fazendo, em médio e longo prazo a gente pode ter problemas de sucateamento da infraestrutura.

Isso é bastante relevante para o projeto, porque, em médio e longo prazo, eu acredito que os resultados vão começar a aparecer. Hoje, por exemplo, existe uma demanda reprimida, mas mesmo demanda reprimida leva alguns anos para ela realmente se instalar. Então, vai ser mais ou menos junto com isso.

E lá na ponta, os usuários de água, aqueles que vão ser beneficiados. A tendência é que, com o aumento da oferta, novas pessoas se instalem na região. Isso é comum no Semiárido. Você constrói um açude e logo tem vilas produtivas, pessoas se instalando lá, porque a água é que restringia as pessoas de irem para lá. Então, a tendência, realmente, será o crescimento dessa ocupação no entorno. Aí, você vai ter que dar segurança hídrica para essas pessoas. Por outro lado, também vai ter que ser pregado o uso racional. Não se pode imaginar que uma água que vai percorrer, em cada eixo, mais de 200km



com bombeamento, ser desperdiçada. Então, a gente sempre tem de ter atenção a tudo isso.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CARLOS MOTTA NUNES** – Para concluir, dizer que, realmente, a transposição do São Francisco tem o potencial para fazer com que, nessas regiões, colabore para que a água não seja o fator limitante. Mas, só isso, só a obra, não é necessário. Então, essa gestão, essa organização de todo o sistema é fundamental para o sucesso do empreendimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado, Motta, pela sua exposição.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Tem a palavra a Senadora Ana Amélia, pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu peço licença ao Senador Acir Gurgacz, já que S. Ex<sup>a</sup> tem o direito de ser o primeiro orador como requerente, mas quero cumprimentá-lo pela iniciativa extremamente valiosa dessa exposição. Aliás, eu teria até muitos questionamentos a fazer, mas eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, com a aquiescência dos caros colegas, já que há na pauta um requerimento de minha autoria, que pudéssemos votá-lo, porque, em seguida, Senador, eu tenho uma audiência... Dois requerimentos, mas é coisa rápida. Peço também licença aos senhores expositores para votar os meus requerimentos.

Agradeço muito aos colegas, especialmente ao Senador Acir Gurgacz.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – V. Ex<sup>a</sup>, Senadora, tem prioridade em tudo.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Não. (*Risos.*)  
Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Requerimento da Senadora Ana Amélia.

## **ITEM 1**

### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

**Nº 36, de 2014**

**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Recentemente, o referido Programa, que é uma das alavancas da agricultura familiar no Brasil, foi alvo de graves denúncias de fraudes, que inclusive, culminaram com uma investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Segundo as autoridades, os desvios passam de R\$*



80 milhões só no Rio Grande do Sul. Portanto, consideramos oportuno que esta Comissão de Agricultura possa debater este tema. Para tanto, sugiro sejam convidados:

- Sr. Laudemir André Müller - Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Representante da Controladoria Geral da União (CGU);
- Srª Fabíola Dörr Caloy - Procuradora-Chefe (MPF-RS);
- Sr. Alberto Ercílio Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);
- Sr. Aldemir Bendine - Presidente do Banco do Brasil;
- Sr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal ou seu representante.

**Autoria:** Senadora Ana Amélia

**Relatoria:**

**Relatório:**

**Observações:**

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – O requerimento já está praticamente autoexplicado, Senador. Eu penso que o Pronaf é um programa extremamente valioso no incentivo à agricultura familiar em todo o País. Até louvo a atitude do Presidente Lula.

Esse programa, Pronaf, foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministro da Agricultura era Francisco Turra, do Rio Grande do Sul. Foi, inclusive, mantido o nome e ampliado substancialmente o volume de recursos e a atuação do Pronaf em todo território nacional.

Então, dada a relevância desse programa e dessas irregularidades ocorridas com o desvio de recursos que o próprio Tribunal de Contas da União já havia identificado numa auditoria feita, penso que seja conveniente a Comissão levantar esse problema, para preservar um dos instrumentos mais valiosos de política agrícola para a agricultura familiar em nosso País. Esse é o motivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Prestadas as informações, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

#### **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

**Nº 37, de 2014**

**- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de encontro desta Comissão com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em Santa



*Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para oitiva dos agricultores supostamente lesados no esquema de desvio de recursos do Pronaf. A data será definida posteriormente.*

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço, Presidente.

Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou a realização dessa Comissão e agora nós confirmamos, com a aquiescência dos caros colegas Senadores, a realização dessa oitiva conjunta, da Câmara Federal e do Senado, da Comissão de Agricultura, para tratar do mesmo tema, ouvindo as pessoas que foram supostamente lesadas nessas operações de financiamento.

Uma entidade contratava, dava uma declaração em branco, a procuração era assinada pelo pequeno agricultor e a entidade que os representava tomava o empréstimo e não repassava.

Agora, então, esse agricultor ficou só com a dívida e numa situação de desespero porque não recebeu o dinheiro e tem que se haver com o Banco do Brasil, que é o banco responsável pelo financiamento e pela operação do Pronaf. Então, é para ouvi-los, ver como isso estava funcionando e obter, do ponto de vista legislativo, as medidas necessárias para evitar que isso aconteça em outras circunstâncias, novamente, para preservar o Pronaf.

É esse o motivo do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria fazer uma sugestão para os Srs. Senadores. Como acredito que a Senadora Ana Amélia segue permanecendo...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Eu vou ficar mais um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Nós poderíamos fazer uma economia de tempo. Os Senadores fazem as indagações, cada um dos senhores vai anotando, porque após os quatro Senadores fazerem as indagações, então os senhores terão um tempo para as respostas.

Inicialmente, eu concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; nossos convidados, entendo que foi uma apresentação muito importante. E é fato que a obra da transposição do São Francisco é muito importante para o Nordeste e, evidentemente, para todo o nosso País.



Primeira pergunta: É fato que conclui a obra em 2015? Essa é uma pergunta, porque é uma coisa que já se vem arrastando há algum tempo, só para pontuar essa questão.

E os Ministérios têm tido a preocupação de cuidar dos afluentes do Rio São Francisco, para que não tenhamos problemas com a quantidade de água do próprio rio? Estamos cuidando das nascentes, as APPs? Está havendo realmente esse acompanhamento, para que não tenhamos problema de falta de água depois de uma obra tão esperada e de tamanha importância para o País? Isso é importante. Essa é a pergunta para o Dr. Irani.

Dr. José Silvério da Silva, ouvimos aqui algumas colocações e exemplos da eficiência da utilização das águas, para que possamos diminuir o consumo de água. Além das pesquisas que a Embrapa está fazendo, qual é efetivamente a atuação do MAPA, para que isto venha a acontecer? Qual é a ação efetiva do Ministério para que possamos ter essa eficiência na utilização das águas com relação à irrigação?

Ao nosso amigo Carlos. Acredito que, ao longo da transposição, nós vamos, para aquelas pessoas que têm as suas propriedades, proporcionar a condição de ter a sua irrigação para produção agrícola e pecuária também, ou, de fato, vamos ter o São Francisco apenas para o transporte de água de uma região pra outra? Ouvi o senhor colocando que está sendo construída toda uma infraestrutura e estrutura para atender e dar vazão a todo esse trabalho. Nós vamos conseguir fazer com que as pessoas que moram ao longo do canal também possam ter acesso a essa água, ou somente nas pontas, ou somente na ponta onde vai desembocar, ou só através dos rios teremos sua utilização?

Então, são essas questões rápidas, Sr. Presidente, para ouvirmos dos nossos convidados.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Senador Acir Gugacz.

Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

**O SR. ANTONIO AURELIANO** (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Sr. Presidente, senhores representantes dos órgãos – Dr. Irani, Sr. José Silvério, Sr. Carlos Motta –, Srªs e Srs. Senadores, gostaria, nas três áreas, particularmente na área do Dr. José Silvério, que V. Sª me colocasse claramente todas as áreas de atuação do Ministério da Agricultura, no que concerne a parceria com os órgãos, no sentido do investimento na sustentabilidade da água, em benefício da irrigação.

Gostaria de saber há quanto tempo o senhor atua no Ministério, como Chefe de Divisão, e, desde o momento em que o senhor entrou, quais são as metas preestabelecidas na sua área específica dentro do Ministério e quais delas foram cumpridas na relação com o Governo e evidentemente com cada um dos usuários pertinentes à irrigação e à água.



06/11/2014

Gostaria, se fosse possível, que o senhor me colocasse a ação que o Ministério tem como planejamento, se existem metas bem preestabelecidas, do início até o momento de hoje, e se elas estão evoluindo de maneira adequada.

Gostaria de colocar para o Dr. Carlos Motta também, já que a agência é fiscalizadora e normativa, se os parâmetros estabelecidos pela agência *vis-à-vis* a ação dos órgãos que devem ser fiscalizados por esta agência estão realmente cumprindo as suas determinações? E se essa agência realmente está, conforme determinação constitucional, exigindo o cumprimento das mesmas ações?

Dr. Irani, eu gostei da sua explanação, mas vou, junto com o eminente Senador Acir Gurgacz, querer saber se, exatamente, dentro do cronograma de ação da transposição do Rio São Francisco, da integração dele, o cronograma está sendo cumprido nas suas etapas e de que forma o Governo está atuando para que essas metas sejam cumpridas, porque, evidentemente, todo o povo brasileiro está sabendo que é uma obra que está atrasada. Evidentemente, eu concordo plenamente com o Ex<sup>mo</sup> Presidente, quando ele coloca a envergadura da obra. É uma obra de grande envergadura e em que o estabelecimento de prazos é fundamental. Mas a gente comprehende que, em determinado momento, existe possibilidade de atrasos, mas não de atrasos que a comunidade como um todo, a população brasileira não esteja a par de por que esses atrasos estão acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado, nobre Senador Antonio Aureliano.

Concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, eu queria cumprimentar pela exposição os nossos expositores.

Começo pelo Dr. Irani, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional. Essa obra de transposição é uma obra que o Brasil todo acompanha. Ela foi projetada com o orçamento de R\$5 bilhões, já está em R\$8 bilhões e a conclusão da obra está prevista para 2017. Em 2015, há uma etapa importante. Em 2017 – é a informação que eu tenho – a conclusão da obra. Quero confirmar, porque vai na direção da pergunta do Senador Acir, se de fato essa data de 2017 é correta.

O que eu vi ali, Dr. Irani, é um canal, eu diria, ciclópico, gigantesco, cruzando um deserto. Ali é uma área de deserto mesmo. Ela terá a finalidade mais de abastecer as comunidades onde ela chega, e há o problema de escassez de água, ou vai permitir que a cada área desértica onde poderá haver uma exploração de agricultura, fruticultura ou qualquer outra atividade agrícola essa água seja utilizada? E como ela vai sair daquele canal para aquela região? Existem, no futuro, ou já estão previstos canais de acesso a essa água? Porque terá que haver uma nova engenharia para puxar do canal para essa região ou os açudes que integram o sistema todo de transposição do São Francisco.



Então, nessa explicação, quais são as previsões, eventualmente, se há uma projeção de aumento da produtividade ou da produção agrícola por conta dessa transposição ou ela está mais relacionada a abastecimento da cidade para evitar um desabastecimento para as comunidades que moram nesses Estados que serão beneficiados, da Região Nordeste?

Para o Dr. José Silvério. Primeiro queria saber quanto por cento... Primeiro, queria lhe agradecer a referência sobre a questão do plantio direto. O Rio Grande do Sul e o Paraná foram os Estados pioneiros no plantio direto, o que hoje é copiado por países desenvolvidos. A Espanha, por exemplo, veio buscar as informações sobre como usamos o plantio direto. De fato, ele é, digamos, um manejo de solo – isso é manejo de solo – com eficiência e com sustentabilidade. Cada vez que você preserva o meio ambiente você está produzindo com sustentabilidade. É o tal A, B, C. O baixo carbono também entra nesse processo.

Quanto por cento da área plantada no Brasil é irrigada hoje? E quanto nós podemos crescer? E em quanto tempo? E que investimento isso demandaria para você ter, nas referências da FAO? Porque a FAO tem um percentual de área de produção de alimentos com irrigação, ela faz essa relação. Então, quanto nós podemos crescer em relação a isso?

Finalmente, à ANA. Se eu falar em cem anos, foi o que eu ouvi, há cem anos estamos trabalhando em construção de açudes, um século – um século, e nós estamos convivendo ainda com problema nisso... O senhor falou muito em gestão com precaução. Foram as palavras usadas. Aí me veio a palavra "previsibilidade". A regulação da chuva é o imponderável. O senhor não pode saber. Mas há hoje, com a moderna tecnologia de meteorologia, forma de saber em que período vamos ter La Niña ou El Niño e como vai ser. Dentro dessa projeção, quais são as expectativas que nós temos? Aqui estou falando para o representante da ANA, uma agência reguladora que trata de água. Há uma informação hoje de que nós vamos ter o risco de apagão, apagão esse decorrente da escassez de água nas hidrelétricas.

Então, saber se isso já está no termômetro ou no horizonte da ANA, ou seja, não só para a agricultura, mas também para a questão da energia para mover e iluminar aqui esta sala, o painel que o senhor usaria para fazer a sua exposição, as casas, as indústrias. Então, saber se há um problema em relação aos reservatórios, especialmente no caso das hidrelétricas, e, claro, também para a irrigação.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, agora, o Senador Kaká Andrade.

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Inicialmente, meu muito bom dia e meus parabéns pela iniciativa do meu companheiro de partido, o Senador Acir.

Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Sras e Srs., Senadores presentes, palestrantes, eu sou de Sergipe, exatamente na parte final do Rio São



Francisco, onde todas as consequências das ações que ocorrem à montante são sofridas, como na região do senhor também em Alagoas.

O Rio São Francisco tem passado, ultimamente, por problemas seriíssimos, decorrentes seja da mudança climática, já notada, seja pela forma como o rio vem sendo gerido ao longo de todo esse tempo.

É um rio que foi utilizado basicamente para a geração de energia elétrica, deixando-se o seu baixo curso à própria sorte. Hoje, o baixo curso do Rio São Francisco, o Baixo São Francisco, desde Canindé de São Francisco, a minha cidade, até a sua foz, é um rio assoreado; é um rio onde a navegabilidade quase inexiste, a não ser para embarcações de baixíssimo calado e com operadores experientes. É um rio em que, outrora, em suas várzeas, produzia-se arroz; é um rio que, outrora, mantinha os seus pescadores, que viviam do rio. Hoje, os pescadores não vivem mais do rio; eles vivem sonhando com os cinco meses do defeso para receberem o salário-defeso.

Esse rio, também no seu médio curso, já encontra restrições à navegabilidade. Existem barcaças que, para operarem, tem de se aumentar a vazão durante um determinado período. É um rio cuja principal nascente secou – claro, não é um processo irreversível. É um rio cuja caixa d'água está no cerrado. E nós estamos vendo as veredas também secando. Precisamos identificar as causas disso, mas, seguramente, o braço humano se encontra no centro desses problemas. E é um rio que tem uma hidrelétrica, a de Xingó, projetada inicialmente para a geração de 5000 MWatts, cujas instalações estão prontas, mas onde existem apenas seis turbinas de 500 MWatts e mais quatro tomadas d'água para geração de energia elétrica que nunca foram ligadas. Aliás, esse é uma pergunta que sempre me ocorre: por que nunca foram ligadas? Não tem água?

E, aí, a gente vê a questão da transposição, a respeito da qual, embora seja fato consumado, eu mantenho a minha posição de outrora. Eu acho que a transposição é extemporânea; eu acho que nós precisávamos ver, primeiramente, se o rio tinha capacidade de sustentabilidade, de sobrevivência já com as atividades que se encontram no seu curso, atividades de agricultura.

Eu vi, recentemente, uma matéria em que o Prefeito de Petrolândia diz que já, nos 5000 hectares que estão sendo irrigados em Petrolândia, há rodízio de abastecimento.

Nós temos projetos em Sergipe, como o Projeto Califórnia, o Projeto Jacaré-Curituba, como temos inúmeras cidades, inclusive a nossa capital, cujo abastecimento de água, cerca de 40%, vem do Rio São Francisco. E nós já tivemos casos, como o de Pão de Açúcar, em Alagoas, onde a captação de água teve que ser realocada por conta do avanço do assoreamento do rio.

Nós estamos com projetos da Codevasf – Pindoba, Betume, enfim são quatro projetos de irrigação –, onde se tem de fazer agora uma operação emergencial, colocando bombas flutuantes, uma vez que as operações de dragagem se tornaram inviáveis economicamente, porque, hoje, há trechos do rio em que se atravessa o Rio São Francisco a pé.



Isso era uma coisa inimaginável há alguns anos atrás. Quando se falava que o Rio São Francisco poderia morrer, há 10, 15 anos, achávamos que era coisa de "ecochatos", achávamos um absurdo. Mas hoje vemos que o rio sofre um sério risco, em que há um aumento da retirada de água para diversos usos: abastecimento humano, agricultura, indústria. O rio tem que ter sua vazão ecológica garantida, o rio se encontra em uma vazão abaixo da sua vazão mínima do licenciamento, que são 1300 m<sup>3</sup>/s. Hoje, ele se encontra, salvo engano, segundo a última informação que tenho, com 1100 m<sup>3</sup>/s.

O rio, que era um transportador de sedimentos, com sua calha, dada sua baixa velocidade, se encontra largo e raso. O rio se encontra com a cunha salina adentrando da sua foz em direção ao interior. Hoje, pegamos peixes a mais 100 km da sua foz; pegamos peixes de água do mar. Hoje, não temos mais o surubim, que era um peixe tradicional da região – o senhor conhece –, peixe com mais de 25 kg; hoje não temos mais o pitu, uma iguaria famosa na região; hoje, o niquim e peixes tradicionais do Rio São Francisco não há. Você vai em uma região ribeirinha, você vai comer um peixe, pede, e ele ou é um peixe de cativeiro ou é um peixe do mar.

A transposição é fato, é meritória bem como a intenção de se levar água para regiões menos favorecidas, mas houve um teste recentemente da transposição. Pergunto: se os reservatórios dos lagos, principalmente de Itaparica, que já estava com 17%, já se encontrava com restrições do abastecimento da agricultura, esse teste teria sido feito em um momento ideal? É razoável fazer um teste, apenas um teste, quando já há restrições de consumo no seu trecho?

Outra coisa, principalmente para os dois Ministérios e para a ANA: o que se pensa em fazer com relação ao Rio São Francisco, de fato, em obras, em ações de revitalização? Todas as obras que estão sendo levadas em curso são obras para aumentar a sua retirada d'água. Pergunto: o que se pensa em fazer nas nascentes? Existe um programa de identificação de nascentes? E nascentes, às vezes, nós as olhamos no ponto em que a água brota. A nascente tem que ser olhada no seu ponto de recarga, ela tem que ser analisada no ponto de recarga. às vezes, às pessoas as pessoas falam: "deixe 50 m de mato lá em volta na nascente porque você a protege". Não, não é assim. Tem que se identificar a questão das veredas, da caixa d'água do Rio São Francisco, tem que se avaliar o que está acontecendo, porque, senão, a transposição não surtirá o seu efeito esperado, porque não haverá água para isso. E ainda poderemos sofrer colapsos no sistema de irrigação. Temos grandes áreas como Petrolina, Juazeiro, Petrolândia, depois Sergipe. Alagoas, Canal do Sertão, que está sendo concluído em Alagoas, e poderemos ter um Rio São Francisco agonizante.

Uma outra coisa pela qual sempre lutamos: por que não se planejou o rio, mesmo com todas essas retiradas, para que ele tivesse, em algum momento, artificialmente, a condição natural que tinha? O Rio São Francisco tem uma condição no Nordeste, que é a seguinte: o Nordeste, quando está seco, normalmente é o período em que o Rio São Francisco está cheio. Então, havia todas essas enchentes; nessas enchentes o rio limpava a sua calha, o rio enchia



as lagoas marginais, as pessoas reservavam essa água naturalmente, umas para produzir arroz, outras para produzir peixes. Essas lagoas são os berçários naturais desses peixes, que hoje acabaram.

A Hidrelétrica de Xingó foi feita sem as escadas para a subida da piracema, e aí, se os peixes não conseguem fazer a piracema, eles não se reproduzem. Assim, não há peixes, e daqui a pouco estamos com o rio praticamente morto. Então, pergunto novamente: esse teste foi feito no momento ideal? Que ações se pensam para que o Rio São Francisco tenha a capacidade de atender a todos esses usos?

Dizem que o Egito é um presente do Nilo; o Nordeste é um presente do São Francisco. E Sergipe e Alagoas, mais do que nunca, vivem do Rio São Francisco.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado, Senador Kaká.

Agora, começamos pelo Ministério da Integração.

**O SR. IRANI BRAGA RAMOS** – Bom dia, Senador Kaká!

Vou responder, aglutinadamente, às perguntas feitas pelos vários Senadores.

Começando sobre a questão de cronograma do empreendimento, a Senadora foi bem específica ao se referir aos anos 2015 ou 2017. Vou responder. Nós temos um conjunto de contratos de obras, cujos contratos têm validade até 2017. Mas os cronogramas de execução estão para dezembro de 2015, e é nesse prazo que a gente trabalha: dezembro de 2015.

Obviamente, todas as obras estão sujeitas, por exemplo, às intempéries. Então, nesse começo de 2013, nós tivemos, apesar da seca, como se fosse a Família Addams, nós tivemos chuva exatamente em cima dos canteiros de obra que temos no eixo norte. Então isso atrasou um pouco o nosso cronograma no eixo norte ao longo de 2013, por uma boa causa. Por sorte, os atrasos que tivemos com as chuvas no eixo norte são atrasos que a gente consegue acomodar – porque foram no começo do ano – ao longo do ano no eixo norte. Mas os imprevistos acontecem.

E aí, o nosso teste, eu já vou responder logo em seguida, na nossa programação de obra, é muito importante. Porque esse projeto-piloto que estava programado para entrar na fase de testes, com água, em setembro, atrasou um mês; foi para outubro. E ele é muito importante porque impacta todo o conjunto das nossas estações de bombeamentos, das instalações dos nossos equipamentos daqui por diante.

Então, foi muito importante a gente realizar o teste agora, manter o alinhamento de todos os equipamentos e verificar a consistência entre todos eles. O teste foi bem-sucedido, tivemos o alinhamento, mas isso implica na melhora dos equipamentos, que nós ainda não compramos. Isso é importante. E foi muito importante agora porque impacta no cronograma no final do ano. E nós tivemos a preocupação, inclusive contamos com a colaboração da ANA, da Aneel e do ONS, ao realizar esse teste, que puxou água do reservatório de Itaparica numa



quantidade muito pequena que representava apenas 0,3% do volume que estava reservado no reservatório de Itaparica. Então nem a régua foi capaz de medir o volume total de água que nem é o volume total de água que já retiramos, mas é o volume total de água que nós vamos retirar até o final do ano. Então, representa muito pouco, mas nós, com o apoio da ANA, da Aneel e do ONS, alteramos um pouco o regime hídrico dos reservatórios de Sobradinho e Itaparica, de modo que, para retirar estes 0,3% nós ampliamos, por alguns dias, a vazão afluente no reservatório de Itaparica. Estes 0,3% representam 10% do volume adicional que entrou no reservatório de Itaparica. Isso porque, apesar de o nosso teste ser todo dentro da Bacia e dos Municípios de Petrolândia e Floresta, e não afetar o volume de Itaparica, a gente tinha uma preocupação de garantir uma situação adequada para a irrigação da região, na medida da possibilidade.

De fato, o Rio São Francisco está com uma vazão menor do que a média histórica. Isso é uma coisa que nos preocupa, sempre nos preocupa. Aí, eu entro na questão da revitalização.

O Senador Acir, o Senador Aureliano e o Senador Kaká mencionaram muito fortemente a preocupação com o rio. Aí, eu digo o seguinte: no programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco nós temos disponibilizados R\$4 bilhões. Isso resultou em ações práticas concluídas. Então, vou dar um exemplo: essas ações envolvem desde a recuperação e proteção das nascentes dos rios...

A gente teve uma colaboração bastante forte do Governo de Minas, do Governo da Bahia. Eu cito o exemplo do Rio Verde Grande. É um exemplo onde nós, do Ministério da Integração, com o Codevasf... É um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas nós temos uma atuação bastante forte. Tivemos uma intervenção bem grande, não só na identificação e proteção de nascentes, mas também na recuperação das margens.

Tivemos uma atuação mais forte na região da Bahia, lá na região de Barra, mas também na construção e implementação de sistemas de esgotamento sanitário e tratamento de esgotamento sanitário, que é muito importante para melhorar a qualidade da água no rio.

Então, apenas com a implantação direta pela Codevasf nós tivemos 70 sistemas que foram concluídos no período de 2007 até hoje. É um número significativo que tem um impacto na qualidade da água despejada no Rio São Francisco. E existe uma preocupação muito forte do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente que coordena a revitalização de bacias, do Ministério da Integração que tem uma participação muito forte no Rio São Francisco, mas digo também que esse assunto é como asseio pessoal: todo dia tem que fazer e todo dia a gente tem que fazer diferente, mais e melhor.

Então, nós identificamos... A cada vez que cuidamos de uma nascente ou melhoramos a margem num pedaço do rio, percebemos que precisamos fazer mais em outra nascente, num trecho maior de margem; e precisamos cuidar de mais esgotos, mais resíduos sólidos... É um programa que precisa ser permanente. É um esforço permanente.



Para concluir, a Senadora perguntou a respeito da capilaridade e da possibilidade do uso da água do empreendimento para irrigação. E aí nós, para dar capilaridade ao empreendimento, temos apoiado os Estados. A grande maioria dos empreendimentos são executados pelos Estados, mas nós temos um planejamento comum, conjunto, com uma forte colaboração entre os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, em um conjunto de infraestruturas que dá capilaridade para a obra.

Várias dessas infraestruturas estão em execução e algumas delas até já foram concluídas porque têm fontes de água alternativas, vão ser complementares. O projeto é para abastecimento humano. O objetivo dele é o abastecimento humano e é o abastecimento urbano. Então, a nossa preocupação é com as sedes urbanas dos Municípios.

No entanto, é um canal de usos múltiplos. Então, ele permite a irrigação a partir dele e há estruturas que são pensadas para potencializar isso. E permite, inclusive, ampliar as áreas irrigadas nos lugares onde já temos irrigação. No Ceará, por exemplo, ao longo do Rio Jaguaribe, a partir do Açude de Castanhão. Tudo isso é permissível a partir de uma operação conjunta de todas as infraestruturas, olhando todos os reservatórios em conjunto e otimizando o fluxo de água entre um e outro.

Para concluir, deixe-me ver se faltou algum aqui.

Ah, sim! O Senador Aureliano não perguntou diretamente pra mim, mas para o pessoal do MAPA, mas temos uma preocupação grande. Assim como eu disse que sempre precisamos estar evoluindo no programa de revitalização, nós, do Ministério da Integração Nacional, em parceria com o MAPA, com o MDA, com a ANA e, digo, com o Comitê de Bacias, embora não tenhamos conversado explicitamente sobre isso, mas até pela implementação do mecanismo de cobrança pelo uso de recursos hídricos, também não só com a oferta de água, mas também com a demanda.

Então, digo que, nos nossos perímetros públicos de irrigação, temos um esforço bastante grande, mas digo que ele deve ser ampliado ainda mais, para melhorar a eficiência na irrigação e reduzir as demandas. Com a implantação do mecanismo de cobrança das outorgas, houve uma grande revisão das outorgas, ao longo do rio São Francisco, porque o próprio Ministério da Integração reduziu várias. Acho que isso faz parte do mecanismo de planejamento conjunto do uso da água na Bacia do Rio São Francisco. E acho que o Carlos pode falar melhor do que eu.

Então, acho que respondi a todas as perguntas. Senão, complemento depois.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem, queria somente escusar-me com o Dr. Silvério e com o Dr. Carlos. Tenho uma CRE, que está começando, e já estou sendo chamada pra lá, mas o meu assessor, o Ismael, que acompanha aqui, ficará para anotar as questões que levantei aos senhores.



Agradeço antecipadamente a todos.

Obrigada, Presidente Benedito de Lira. Renovo os cumprimentos ao Senador Acir Gurgacz, pela iniciativa desta audiência pública tão produtiva.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço à Senadora Ana Amélia e ao Dr. Irani. Gostaria de comunicar à Srª Senadora e aos Srs. Senadores, assim como aos nossos convidados, que, em decorrência de uma agenda fora, passo a presidência dos trabalhos ao Senador Acir Gurgacz.

Queria agradecer a todos pela gentileza do comparecimento, porque esta audiência pública foi muito importante para esta Comissão. Realmente, trata-se de um assunto que chama a atenção de todos nós.

Bom dia a todos e um bom final de semana.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Dando sequência à nossa audiência pública, passo a palavra ao Senador Fleury, para que possa fazer as suas colocações.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Primeiro, Sr. Presidente, queria pedir desculpas pelo atraso, pois estava com o pessoal da CNI, que está numa convenção em Brasília.

Perguntaria ao Irani se, com essa transposição, essas águas correndo, haverá mudança no PH da água, ou ela continuará potável como a nascente, e no que abastecerá as cidades?

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Com a palavra, Dr. Irani Braga Ramos.

**O SR. IRANI BRAGA RAMOS** – A retirada da água para transposição não vai afetar a qualidade da água do Rio São Francisco. Acho que o esforço de revitalização, com os sistemas de tratamento de esgotos que temos implantado, afeta positivamente a qualidade da água do Rio São Francisco, mas digo que é um esforço bastante grande. Ele precisa ser contínuo, para termos o resultado numa série histórica bastante longa.

No âmbito do Projeto de Integração, temos uma preocupação grande – porque estamos levando água de uma bacia para outra, assim como acontece em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas Bacias do Paraíba do Sul, do Piracicaba, com a água do Rio São Francisco que está chegando às outras bacias.

Para isso, dentro dos nossos programas ambientais há previsão de um monitoramento permanente e de um acompanhamento até mesmo para que não exista contaminação de uma bacia para outra. Esse assunto já está previsto. Eu digo que já há medidas práticas, por exemplo, nas nossas estações de bombeamento, para que a água chegue íntegra nas bacias receptoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Dr. Irani.

Agora, passo a palavra ao Dr. José Silvério da Silva, para responder os questionamentos dos nossos Senadores.



Obrigado.

**O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA** – Primeiro, começo a abordar a pergunta do Senador Acir sobre as ações efetivas do Ministério da Agricultura para viabilizar a questão da eficiência da água. Eu quero enfatizar aqui que eu coloquei essa questão como um desafio, mas a pergunta é oportuna na medida em que a área irrigada está expandindo, o consumo de água está aumentando e está faltando água. Enfatizo também que a responsabilidade pela condução e formulação da Política Nacional de Irrigação é do Ministério da Integração. Foi uma redação feita nos anos 90, sobre a qual eu tenho algumas observações. A questão da água e da agricultura, como os senhores sabem, perpassa transversalmente quatro Ministérios: o Ministério do Meio Ambiente, através da ANA, que trata da gestão da água; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que trata da agricultura também; o Ministério da Integração, que trata diretamente da questão; e o Ministério da Agricultura.

Eu tenho um fato curioso para citar sobre essa questão do uso eficiente da água. Eu sou engenheiro agrônomo. Eu estava num seminário sobre irrigação. E foi perguntado a um engenheiro agrônomo, que irriga, qual era a velocidade de infiltração básica do terreno que ele irrigava. A velocidade de infiltração básica é a taxa de infiltração da água no solo. Ela é um parâmetro muito importante para se regularem os aspersores. Tem de se regular o aspersor de acordo com a possibilidade de infiltração da água. O engenheiro agrônomo, que irrigava, não sabia. Se a taxa de infiltração do aspersor é maior que a capacidade de infiltração da água, a água vai escorrer, e vão se perder água, energia e eficiência.

Eu coloquei isso como um desafio. Nós estamos estabelecendo, nos nossos programas e projetos de crédito, a necessidade de utilização de equipamentos poupadores de água e de manejos agrícolas bem conduzidos. No nosso programa de capacitação, o ponto central é a questão da eficiência. Nós estamos trabalhando juntamente com o Ministério da Integração e a ANA para desenvolver um programa de certificação do uso eficiente da água. Ele está em fase de maturidade, mas ele visa trazer benefícios creditícios e fiscais a esses indivíduos que têm boas práticas de uso eficiente da água.

Com relação ao Senador Aureliano, que deve ser de Minas – eu também sou de Minas, sou de Viçosa, Minas –, eu trabalho no Ministério da Agricultura há 35 anos, eu sou funcionário de carreira, mas a questão da irrigação no Ministério foi implantada em 2005. Por quê? Surgiam muitas demandas no Ministério com relação à irrigação: aconselhamentos, propostas de programas e projetos, respostas a questionamentos de diversos setores, inclusive produtores. E o Ministério não tinha como responder. Eu era da área de defesa agropecuária. A resposta que saía do Ministério era sempre a seguinte: "Não, isso não é da nossa alçada". Então, o Ministro Reinhold Stephanes disse: "Não, nós temos de responder". Por quê? Está na Constituição que a irrigação é um item da política agrícola, e a política agrícola está na responsabilidade do Ministério.



Com relação às metas que o senhor perguntou, na verdade nós estamos estabelecendo algumas metas, digamos, particulares, em termos informais. Então, por exemplo, nós, que estamos lá trabalhando com irrigação, estabeleceremos uma meta, até 2015, de acrescentar 1,2 milhão de hectares ao processo produtivo agrícola. Nós já alcançamos 800. Então, há a possibilidade de chegarmos até lá.

Agora, para viabilizar, para tornar consistente, para tornar uma ação programática racional, consistente, inteligente, nós estamos desenvolvendo parcerias exatamente para viabilizar todas essas ações necessárias ao bom desempenho da agricultura irrigada.

Com relação à Senadora Ana Amélia, cujo assessor está aqui e que perguntou qual a área irrigada, hoje nós temos – conforme informação da ANA e da Abimaq – algo em torno de 6 milhões de hectares irrigados. É muito pouco, se comparado ao fato de que temos 72 milhões de hectares de área de produção agrícola plantada. Ou seja, nós estamos irrigando em torno de 8% da nossa área. Há países que irrigam 100%. Nós temos a meta de chegar a pelo menos 15 milhões até 2025, o que é uma quantidade razoável.

A outra pergunta dela é quanto pode crescer. Eu respondi. Podemos chegar, temos a expectativa de chegar a 15 milhões até 2025, 2030.

Então, nossa área irrigada é ainda muito pouca, se comparada aos países que desenvolvem irrigação no mundo. Nós irrigamos só 8%. Nós temos potencial de 29 milhões de hectares, mas só irrigamos 8 milhões ainda. Ou seja, há muito por fazer.

Com relação ao Senador Valadares, com relação à revitalização, esse é um item fundamental. Nós não temos nenhuma restrição à questão da transposição, mas o principal insumo é a água. Nós temos que garantir essa água. Nós temos que proteger nascentes, nós temos que proteger matas ciliares, nós temos que proteger pontos e recargas. Isso é fundamental, senão não vamos ter o insumo, tão necessário à viabilização da agricultura, à viabilização do consumo humano, animal, à viabilização da utilização pela indústria naquela região tão necessitada, que é o Nordeste e, em especial, o Semiárido.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)  
– Muito obrigado, Dr. José Silvério.

Passo a palavra agora, na sequência, ao Dr. Carlos Motta Nunes, da Agência Nacional de Águas.

**O SR. CARLOS MOTTA NUNES** – Bom, vou começar com a pergunta do Senador Acir Gurgacz. Ele me perguntou sobre a questão da água ao longo dos canais. O Dr. Irani já respondeu em parte, mas vou complementar.

Como ele disse, o projeto foi dimensionado. A outorga que existe hoje lá é para abastecimento humano das regiões. O projeto foi construído com algumas estruturas que permitem também dar acesso a outros usos, quando houver essa necessidade ou quando for implantado. Para a implantação de outros projetos, terá que haver uma revisão dessa outorga junto à ANA. Ou seja, quando existe uma demanda efetiva, o Ministério ou a operadora, no caso, a Codevasf, vai



até a ANA, solicita um aumento dessa demanda, e a ANA vai ter que avaliar a disponibilidade de água lá no Rio São Francisco, fazer toda a avaliação que foi feita anteriormente.

Agora, na prática, há duas ou três semanas, eu estive no Ceará. Lá existe um canal chamado Eixão das Águas, que é um projeto semelhante à transposição do São Francisco e que vai acabar recebendo a água da transposição.

Ao longo do canal, você vê aqueles sifões que os agricultores vão instalando ao longo dos duzentos e poucos quilômetros do canal. Isso vai acabar acontecendo na prática. O que se tem que fazer é organizar, ou seja, não deixar que haja captações irregulares. Se essas captações forem conhecidas, forem dimensionadas e forem tratadas de forma adequada, não vai haver prejuízo para o atendimento ao abastecimento humano. Então, vai ser fundamental que seja feito com todo o cuidado necessário. Lá, no Ceará, existe esse cuidado. Eles permitem a captação, mas eles conhecem cada um que está captando, qual é a quantidade, e ela é muito pequena em relação ao tamanho do reservatório. Portanto, esse agricultor que mora ao longo dos canais, provavelmente, vai ter acesso a essa água.

Em relação à pergunta do Senador Antonio Aureliano sobre a questão da fiscalização da ANA, vou dar um exemplo do que está acontecendo atualmente na bacia do Rio Piranhas-Açu – não sei se o senhor conhece –, entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Nessa situação de seca muito grande, estamos com equipes lá diariamente. Como essa região é abastecida pelo açude chamado Coremas/Mãe D'Água, que é um sistema, e como ele está num nível muito baixo por causa dessa seca que está acontecendo, foi estabelecida, em conjunto com a população, a regra de que determinados agricultores só podem irrigar na terça, na quinta e no sábado, de que outros podem fazê-lo na segunda, na quarta e na sexta e de que, no domingo, não se irriga. Essa foi a forma que foi feita para poder atender o abastecimento humano e para atender também a irrigação sem causar maiores prejuízos. A equipe está indo lá, de porta em porta, para verificar se, realmente, na terça, na quinta e no sábado, aqueles que têm de parar estão parados e se aqueles que devem irrigar estão irrigando. Inclusive, nesta semana, não só a equipe técnica, mas também os superintendentes de fiscalização estavam lá no campo para verificar isso devido ao grau de dificuldade que está havendo na região.

A Senadora Ana Amélia questionou sobre a questão do risco dos apagões nos reservatórios e se isso está no radar da ANA e questionou sobre a questão da previsão do clima. Eu falei da questão da precaução. Hoje, existem modelos em que há essa previsão. Os modelos que existem... O resultado da previsão climática é alguma coisa mais ou menos assim: no próximo período, há a probabilidade de 33% de chover acima da média, de 40% de chover na média e de 30% de chover abaixo da média. Então, por mais que exista um modelo, o que existe hoje de tecnologia não dá tanta indicação para você fazer uma prevenção. Você tem de continuar a se precaver. Se você sabe que é um ano de El Niño e



que, no ano de El Niño, em geral, chove menos, então você se prepara para isso. Mas não há um número para, realmente, você poder se planejar. Ainda não temos tecnologia para chegar a esse ponto.

Ela questionou também sobre a questão do apagão nos reservatórios do Sudeste, se isso está no radar da ANA. O que posso informar? Na verdade, não participo dessa parte, mas a ANA participa das reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Ela tem lá uma cadeira. O nosso Superintendente de Usos Múltiplos participa dessas reuniões. Então, posso afirmar que, com certeza, ele está a par dessa situação e, juntamente com a ONS, vai gerenciar essa questão.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)  
– Muito bem!

Pela ordem, tem a palavra o Senador Fleury.

**O SR. FLEURY** (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Eu queria fazer uma pergunta ao Carlos Motta. Eu ouço que a única coisa que aumenta 100% neste País é o consumo de água. Isso é mito ou realidade?

**O SR. CARLOS MOTTA NUNES** – Aumentar 100%? Estou pensando e tentando entender como isso está sendo comparado. Mas o consumo humano nas cidades, geralmente... Vou falar das cidades e vou tentar fazer outros paralelos. Em relação ao abastecimento humano, em geral, não só aumenta o consumo, aumentam-se as perdas do sistema. Os sistemas de abastecimento de água envelhecem e acabam perdendo. Então, você acaba tendo de retirar mais água do rio para atender a uma mesma população. Essa é uma forma de aumento não do que vem de nós, mas do que é retirado. É o desperdício.

Há outra forma de aumento. Por exemplo, vamos pegar a agricultura. No caso da agricultura, você aumenta por que você passou a irrigar mais ou por que você está utilizando técnicas de irrigação que podem não ser adequadas para aquela região e para aquele tipo de cultura. Então, você também tem de trabalhar com o uso racional da implementação de técnicas que sejam adequadas. E aí isso é fundamental, porque a irrigação é o usuário mais relevante dos recursos hídricos. Grosso modo, 60% da água captada vão para a irrigação não só no Brasil, mas em todo o mundo. Então, a gente tem sempre de olhar com uma lupa para essa questão.

Não sei se respondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)  
– Senador Kaká, por favor!

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Eu gostaria de concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)  
– Pois não.

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – A gente falou muito da questão da água do São Francisco. Uma coisa tem de acontecer:



mudança de hábito de consumo na nossa casa, nas nossas cidades. As companhias de saneamento têm de investir na questão das perdas de água, que são da ordem de 40% ou de até mais. As águas que são perdidas no transporte não chegam ao seu destino. Tem de melhorar a eficiência nos sistemas de irrigação, para que não haja desperdício. A indústria tem de investir muito mais no reaproveitamento e numa série de coisas; em ações de revitalização.

Esgotamento sanitário é importantíssimo, mas interfere na qualidade da água. O nosso problema hoje é quantidade. Não quer dizer que essas ações não sejam importante. Na minha cidade, nós construímos – meu irmão era prefeito e eu, secretário – 100% do sistema de esgotamento sanitário dentro desse programa. Mas é importantíssima a questão de quantidade.

As ações de revitalização têm uma resposta demorada, como as respostas das nossas ações deletérias tiveram – estão tendo agora no Rio São Francisco. Elas têm resposta demorada.

Então, eu colocaria aqui, principalmente para o Ministério da Integração, que o consumo vai aumentar; isso é fato. As populações vão crescer, haverá cada vez mais áreas agricultáveis e essas outras áreas onde estão os canais do sertão, a transposição. Uma coisa é fato, como o Senador Fleury disse: o aumento do consumo de água. A população cresce e as demandas crescem.

Nós estamos nos aproximando de um encontro perigosíssimo, em que as demandas podem chegar a superar a oferta. Talvez seja, Dr. Irani, a hora de começar a pensar em integração de bacias, de uma outra bacia com a do Rio São Francisco. Talvez seja a hora.

É claro que tem que haver uma série de estudos; estudos ambientais precisam ser feitos; a questão do tipo de água, como a fauna aquática característica, que vai para outra bacia com outra fauna aquática, e uma coisa pode ser predatória à outra.

Mas eu acho que é inevitável, é inadiável começarmos a pensar em transposição de bacias, de uma outra bacia que tenha água sobrando. Não vamos tirar de quem não tem, não vamos fazer transfusão de quem não tem sangue; não vamos fazer isso.

Não sei se é o Araguaia, não sei se é o Tocantins o mais próximo, mas eu acho que é hora de se pensar mais seriamente nisso. Porque não é uma coisa rápida, é uma coisa normalmente muito discutida, porque muitos estudos têm que ser feitos. Agora, se não o fizermos, o Rio São Francisco entrará em colapso, e o Nordeste... E aí nós vamos ter refugiados do clima; vamos voltar ao início do século passado, quando os nordestinos fugiam para as grandes regiões por conta da seca. Dessa feita, nós vamos sair por conta de não termos água para o nosso consumo. Então, deixo aqui como sugestão, como uma avaliação, mas que seja muito bem pensada essa questão.

O Rio São Francisco precisa de quantidade de água. Em paralelo, têm que haver ações de revitalização.

Os quatro ministérios aqui falados, todos eles têm que investir em ações de revitalização, revegetação das margens das nascentes, da mata ciliar



dos seus afluentes, enfim, isso tem que ser uma coisa de governo, mas também de conscientização; programas maciços de conscientização da população, das indústrias, e uma fiscalização para identificar retiradas irregulares de água – a ANA tem esse papel.

Quanto de água se tira do São Francisco sem que se identifique? O rio está passando, o cara põe uma bomba lá e tira. Uma bomba... Como é a chuva? A chuva, de gota em gota, forma uma enxurrada; uma bomba aqui, uma bomba ali, e se retira uma grande quantidade de água.

Então, deixo essa sugestão, e que seja avaliada criteriosamente nesse sentido; que as ações de revitalização sejam de fato transversais, em todos os ministérios, as ações práticas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Senador Kaká Andrade. Agradeço, mais uma vez, aos Senadores que participaram de nossa audiência pública – Senador Waldemir Moka, Senador Antonio Aureliano, Senadora Ana Amélia, Senador Kaká Andrade, Senador Fleury – e também aos nossos convidados Dr. José Silvério da Silva, do Ministério da Agricultura; Dr. Irani Braga Ramos, do Ministério da Integração Nacional; e o Dr. Carlos Motta Nunes, da Agência Nacional de Águas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

*(Iniciada às 08 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)*